

Relatório da visita de uma delegação da Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão (CTSSI) à Região Autónoma dos Açores

- De 4 a 8 de junho de 2023 –

Delegação:

- Deputada Isabel Meirelles (PSD) - Presidente da Comissão
- Deputado Manuel Loff (PCP) - Vice-Presidente da Comissão
- Deputado Francisco César (PS)
- Deputada Mara Lagriminha Coelho (PS)
- Deputado Fernando José (PS)
- Deputado Gilberto Anjos (PS)
- Deputado Jorge Gabriel Martins (PS)
- Deputada Cristina Sousa (PS)
- Deputada Cristina Mendes da Silva (PS)
- Deputada Marta Freitas (PS)
- Deputada Rosa Venâncio (PS)
- Deputada Clara Marques Mendes (PSD)
- Deputada Helga Correia (PSD)
- Deputada Emília Cerqueira (PSD)
- Deputada Carla Madureira (PSD)
- Deputada Paula Cardoso (PSD)
- Deputada Ofélia Ramos (PSD)
- Deputada Carla Castro (IL)

Dia 4 de junho (domingo) – Ilha de São Miguel

- **15h00** - *Reunião com a Câmara do Comércio e Indústria dos Açores*
- **16h00** - *Reunião com as Confederações Sindicais*
 - **16h00** - *UGT - União Geral de Trabalhadores dos Açores*
 - **16h30** - *CGTP-IN – Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional dos Açores*
- **17h00** - *Reunião com o Conselho Económico e Social dos Açores (CESA)*

As reuniões agendadas tiveram lugar em sala para o efeito no hotel onde a delegação ficou hospedada (Grand Hotel Açores Atlântico). Na primeira reunião, por parte da Câmara do Comércio e Indústria dos Açores, estiveram presentes o Professor Mário Fortuna e a Dra. Raquel Franco, tendo o Senhor Professor feito uma exposição inicial sobre o panorama regional no que respeita ao Comércio e Indústria e ao acompanhamento que é feito pela Câmara. A Senhora Deputada Clara Marques Mendes (PSD) e os Senhores Deputados Francisco César (PS) e Fernando José (PS) teceram alguns comentários e deixaram questões sobre matérias como o aumento da taxa de inflação, do custo de vida e dos custos de produção; a necessidade de valorização das remunerações; a escassez de mão-de-obra em determinados setores; o impacto das recentes alterações ao Código do Trabalho (resultantes da agenda do trabalho digno); e, também, o crescente problema das dependências de drogas sintéticas. Em resposta, o Professor Mário Fortuna e a Dra. Raquel Franco salientaram, entre outros aspetos, a valorização salarial, a questão do financiamento das Regiões Autónomas, alertando para a necessidade de a Assembleia da República legislar, e indicaram o turismo e a construção como os setores em que o recrutamento de trabalhadores encontrava mais dificuldades.

Seguiu-se a reunião com a UGT Açores, representada pelo seu Presidente, Dr. Francisco Pimentel, e ainda pelos membros Manuel Pavão, António Santos e António Melo. A reunião começou com uma exposição por parte da UGT, na qual foram apresentadas breves informações sobre a estrutura sindical e fornecidos alguns elementos sobre a realidade socioeconómica açoriana, como os dados sobre a população empregada e desempregada; a evolução de determinados indicadores económicos; o número de beneficiários de prestações sociais, entre outros. Também nesta exposição foi referido o problema das dependências que afeta a região. Intervieram as Senhoras e os Senhores Deputados Manuel Loff (PCP), Carla Castro (IL), Clara Marques Mendes (PSD), Fernando José (PS) e Cristina Mendes da Silva (PS), com resposta por parte da UGT, num debate que permitiu aprofundar os temas da valorização salarial, da aplicação do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) no setor laboral (por exemplo, na área da qualificação), da taxa de pobreza, do abandono escolar e das alterações resultantes da aprovação da legislação relativa à agenda do trabalho digno.

Na reunião com a CGTP-IN/Açores, por parte da confederação, esteve presente João Decq Motta, Coordenador da CGTP-IN/Açores, acompanhado por Luísa Cordeiro e Vítor Silva. Os membros da CGTP-IN focaram a sua intervenção inicial na necessidade de valorizar os rendimentos do trabalho, salientando a percentagem de açorianos que vive em situação de pobreza, mesmo trabalhando. Destacaram o número elevado de trabalhadores que recebe a

retribuição mínima mensal garantida (RMMG) e as suas dificuldades perante o cenário atual de aumento do custo de vida. Foram ainda abordadas as questões da disparidade salarial entre homens e mulheres e entre ilhas; da regulação dos horários de trabalho; da saúde e segurança no trabalho; do despovoamento que se verifica em certas ilhas e que tem como consequência a falta de mão-de-obra; e do número crescente de situações de precariedade laboral, incluindo na Administração Regional. De forma breve, foi igualmente suscitada a questão concreta dos docentes, comparando o que foi feito a nível regional com o que estava a ser negociado no continente. No debate, que permitiu aprofundar alguns dos tópicos referidos, participaram as Senhoras e os Senhores Deputados Clara Marques Mendes (PSD), Manuel Loff (PCP), Francisco César (PS) e Carla Castro (IL).

A última reunião do dia foi com o Conselho Económico e Social dos Açores (CESA), representado pelo Dr. Gualter Furtado, Presidente do CESA, acompanhado pelos Presidentes das três Comissões Especializadas Permanentes (CEP) do CESA, a saber: Professor Doutor Mário Fortuna (CEP de Economia e Desenvolvimento), Prof.^a Doutora Teresa Tiago (CEP de Educação e Formação), Prof. Doutor Fernando Diogo (CEP dos Setores Sociais), e, ainda, pelo Secretário-Geral do CESA, Dr. Renato Medeiros.

Em primeiro lugar tomou a palavra o Dr. Gualter Furtado, que fez um enquadramento da atividade do CESA e caracterizou a situação social e económica da RAA. Seguiram-se as intervenções de cada um dos Presidentes das três CEP, que aprofundaram as considerações iniciais do Presidente do CESA em cada uma das respetivas áreas, desde as questões sociais à escolarização e formação profissional e, igualmente, os dados relativos ao desenvolvimento económico da região. Na discussão, participaram as Senhoras Deputadas Clara Marques Mendes (PSD), Carla Castro (IL) e Paula Cardoso (PSD) e o Senhor Deputado Francisco César (PS), cujas questões suscitadas foram devidamente respondidas pelos membros da CESA e incidiram sobre os temas do combate à pobreza, à exclusão social e ao insucesso escolar, do problema da toxicodependência e da aplicação dos fundos do PRR.

Dia 5 de junho (segunda-feira) – Ilha de São Miguel

10h00 - Kairós - Cooperativa de Incubação de Iniciativas de Economia Solidária

11h30 - Santa Casa da Misericórdia de Santo António da Lagoa

Almoço

15h00 - Apresentação de cumprimentos ao Presidente do Governo Regional dos Açores, José Manuel Bolieiro

16h00 - Associação Seara do Trigo

Na primeira visita do dia, a delegação foi recebida na Kairós - Cooperativa de Incubação de Iniciativas de Economia Solidária pelo Presidente do Conselho de Administração, Artur Martins e pelo Vice-Presidente, João Pimentel que levaram as Senhoras e Senhores Deputados a conhecer alguns dos espaços da Cooperativa, como o pavilhão desportivo, as oficinas de trabalho e a creche. Durante o percurso pelas instalações, a delegação foi sendo informada das várias atividades desenvolvidas, quer naquele espaço, quer de forma itinerante. No final, no auditório, foi feita uma apresentação da Kairós e dos projetos executados e em curso, que respeitam a valências diversas, como o trabalho com crianças e jovens, mas também com desempregados, incluindo pessoas em situações de vulnerabilidade, como pessoas com deficiência ou toxicodependentes, sendo amplamente sublinhado o propósito da inclusão social. As Senhoras e os Senhores Deputados Ofélia Ramos (PSD), Manuel Loff (PCP), Francisco César (PS) e Cristina Sousa (PS) - e ainda a Senhora Presidente Isabel Meirelles - colocaram algumas questões relacionadas com as fontes de financiamento da instituição e a potencialidade do mercado social de emprego, e agradeceram todo o trabalho efetuado em prol da comunidade.

Na visita à Santa Casa da Misericórdia de Santo António da Lagoa, a delegação foi recebida pelo Provedor, António Augusto Borges, pela Presidente da Câmara Municipal de Lagoa, Cristina Calisto, e pelo Diretor Técnico do Lar Idosos, Enfermeiro Tiago Luz. Numa exposição inicial, o Senhor Provedor fez uma breve alusão às diversas valências da Santa Casa, referindo, sucintamente, os projetos existentes com crianças, jovens e idosos, e a previsão da construção de um novo centro de atividades e capacitação para a inclusão (CACI), com o objetivo de dar resposta a 200 utentes. O Enfermeiro Tiago Luz interveio igualmente, detalhando o trabalho da Santa Casa com os idosos, do qual destacou o projeto de apoio a idosos no seu domicílio. Numa troca de impressões, em que usaram da palavra as Senhoras Deputadas Clara Marques Mendes (PSD), Helga Correia (PSD), Carla Castro (IL), Emília Cerqueira (PSD) e Cristina Mendes da Silva (PS), o Enfermeiro Tiago Luz desenvolveu alguns aspetos relativos ao trabalho com os idosos, entre eles, a taxa de ocupação do lar (95%); a média de idades dos utentes (86,9 anos); os desafios relacionados com a idade cada vez mais avançada com que os idosos davam entrada no lar; a importância de criar, ou melhorar as respostas existentes, de apoio ao domicílio e a aplicação de fundos do PRR num projeto-piloto com esse escopo, bem como a preocupação com a sua continuidade. Foram também abordados os temas dos cuidadores informais e dos centros de apoio à vida independente (CAVI). O Senhor Deputado Manuel Loff (PCP) pediu informações sobre os trabalhadores da Santa Casa (número, função e tipo de vínculo

laboral), ao passo que a Senhora Presidente Isabel Meirelles valorizou o diálogo aduzido e sublinhou a importância de a Assembleia da República, enquanto órgão legislativo por excelência, recolher informação no terreno.

Após o almoço, a delegação foi recebida, em audiência, pelo Presidente do Governo Regional dos Açores, José Manuel Bolieiro. Em debate, com a participação destacada do Senhor Deputado Francisco César (PS) e da Senhora Deputada Clara Marques Mendes (PSD), estiveram alguns dos temas abordados nas reuniões do dia anterior com os parceiros sociais, com especial enfoque nas matérias laborais, como a taxa de empregabilidade ou a falta de mão-de-obra em determinados setores, mas também os desafios nas áreas sociais, como a taxa de pobreza e o trabalho junto das populações mais vulneráveis, em particular os idosos. Houve lugar a uma troca de ofertas institucionais e a Senhora Presidente da Comissão agradeceu penhoradamente a disponibilidade do Senhor Presidente do Governo Regional para receber a delegação, que retribuiu o agradecimento pela visita dos Deputados, ambos reconhecendo a importância da visita no aprofundamento das relações entre o continente e a região autónoma.

A última visita do dia teve lugar na Associação Seara do Trigo, onde a delegação foi recebida pela respetiva Presidente, Amélia Botelho, que começou por fazer uma breve apresentação da associação e da sua atividade junto das pessoas com deficiência. Seguiu-se uma troca de impressões, na qual participaram as Senhoras Deputadas Clara Marques Mendes (PSD), Emília Cerqueira (PSD), Cristina Mendes da Silva (PS) e Helga Correia (PSD) e também o Senhor Deputado Francisco César (PS). Na conversa, foi discutida a forma como estava a ser aplicada na região a legislação sobre a inclusão, comparando-a com a aplicação feita no continente; foram igualmente debatidas as diversas abordagens no trabalho com as pessoas com deficiência, assinalando-se que os diferentes graus de autonomia apresentam exigências distintas, tendo o desporto sido referido como um exemplo de sucesso enquanto forma de integração. Foram apontadas algumas dificuldades na articulação com a área da saúde, em particular no recrutamento de profissionais. Foi ainda abordado os temas do estatuto do cuidador informal e dos centros de apoio à vida independente.

Ao longo do dia, a delegação foi acompanhada pela Senhora Deputada da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Célia Pereira (PS), em representação da Comissão de Assuntos Sociais.

Dia 6 de junho (terça-feira) – Ilha Terceira

10h00 - Santa Casa da Misericórdia da Praia da Vitória

11h30 - Centro Comunitário de São Brás

Almoço

15h00 - Associação Cristã da Mocidade, IPSS

16h30 – Cáritas Diocesana dos Açores – Ilha Terceira

18h00 - Casa de Saúde São Rafael

O terceiro dia do programa iniciou com uma visita à Santa Casa da Misericórdia da Praia da Vitória (SCMPV), em que a delegação parlamentar foi recebida pelo Provedor Francisco Ferreira, acompanhado pelo Vice-Provedor Fernando Vieira, pelo Secretário Paulo Fagundes, pelo Tesoureiro Jardelino Vieira, pelos vogais Jorge da Silva, Luís Bettencourt Moniz e Maria Vitória, e ainda pelo Dr. Rogério Gaspar, do Gabinete de Gestão da SCMPV. Depois do discurso de boas-vindas do Senhor Provedor, em que enalteceu a inédita presença das Senhoras e dos Senhores Deputados, que disse muito honrar a instituição e todos os presentes, foi dada a palavra ao Dr. Rogério Gaspar que, apoiando-se em apresentação posteriormente distribuída, aludiu à história, missão, visão e valores da Santa Casa, fazendo referência à rede educativa e à atividade dirigida à infância e à juventude na freguesia de Santa Cruz, em especial em redor da Base das Lajes, mas também ao acolhimento, intervenção comunitária e formação de competências, à economia social e solidária (mau grado não dispõem de lar de idosos) e aos serviços religiosos desempenhados. Por fim, antecipou objetivos futuros de curto/médio prazo, tais como o Centro Educativo de São Lázaro, a continuação da recuperação patrimonial e da renovação da frota automóvel e a compra de um edifício para a valência Domus Spei, e manifestou diversas preocupações, nomeadamente quanto aos apoios comunitários, aos indicadores salariais, às tarifas sociais, à inflação e a outras questões legais, económicas e sociais. Desta forma, tendo por base os tópicos enunciados, e após a Senhora Presidente Isabel Meirelles ter enfatizado os mais de 500 anos da SCMPV ao serviço da comunidade praiense, registaram-se as intervenções das Senhoras e dos Senhores Deputados Francisco César (PS), Cristina Mendes da Silva (PS), Fernando José (PS), Manuel Loff (PCP) e Clara Marques Mendes (PSD), que não deixaram de mencionar as dificuldades económicas, sociais e laborais, com especial realce para os acordos de cooperação e para a pobreza e a violência doméstica e no namoro. Isto posto, foi novamente concedida a palavra aos representantes da SCMPV, que responderam de forma exaustiva às interrogações suscitadas.

Nessa mesma manhã, foi igualmente consumada a visita ao Centro Comunitário de São Brás, ainda no concelho da Praia da Vitória, representado pelo seu Presidente, Fausto Dâmaso, acompanhado pela Diretora-Técnica Diana Ferreira e pelo Secretário Paulo Paim. Logo de início, o Presidente desta associação de apoio a idosos anunciou que cessaria funções em breve, decorridos oito anos desde que fora eleito para o primeiro de dois mandatos, tendo a Senhora Presidente Isabel Meirelles destacado a experiência acumulada e o Senhor Deputado Francisco César (PS) a importância de conhecer o trabalho meritório de uma instituição mais pequena. Deste modo, sucederam-se as intervenções das Senhoras Deputadas Clara Marques Mendes (PSD) e Carla Castro (IL) e do Senhor Deputado Manuel Loff (PCP), que em formato pergunta-resposta, com o Senhor Presidente Fausto Dâmaso, esmiuçaram assuntos como a natureza familiar do Centro Comunitário e a dedicação e a gratiosidade dos cargos exercidos pelos seus responsáveis; os constrangimentos financeiros enfrentados; a extensão das estruturas residenciais para pessoas idosas (ERPI) a toda a ilha Terceira, enquanto o centro do dia recebia quase exclusivamente utentes da freguesia; a promoção do envelhecimento ativo e o funcionamento do centro de convívio, as deslocações efetuadas (a outras ilhas, ao continente e até ao estrangeiro) e as atividades concretizadas. Por último, e antes de se cumprir uma visita guiada às instalações, a Senhora Presidente Isabel Meirelles não deixou de apelar a que o trabalho voluntário de todos os responsáveis fosse devidamente reconhecido.

No período da tarde, e já no concelho de Angra do Heroísmo, foi levada a cabo a visita à ACM - Associação Cristã da Mocidade, Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), na presença do Presidente da Direção, Dr. João Enes, do Vice-Presidente António Chaveiro e da Diretora Técnica, Dra. Ingrid Bettencourt. O Senhor Presidente da ACM principiou por esclarecer que tinham assumido estas funções em janeiro de 2023 em regime de voluntariado, realçando em síntese a atividade do centro de atividades ocupacionais, os serviços de transporte, o desporto adaptado e as empresas de inserção, com aquisição de competências *on the job* por jovens sem ocupação, à procura do primeiro emprego, mas passando o caminho pela formação ao longo da vida. Durante a troca de ideias, em que participaram as Senhoras e os Senhores Deputados Francisco César (PS), Ofélia Ramos (PSD), Carla Castro (IL), Manuel Loff (PCP) e Marta Freitas (PS), o Senhor Presidente da ACM e a Diretora Técnica, Dra. Ingrid Bettencourt, analisaram matérias como a ocupação do centro de atividades ocupacionais (50 vagas), da residência complementar (15 vagas) e das atividades de tempos livres (25 vagas, com longa lista de espera); as dificuldades no apoio aos atletas; o tipo de empresas de inserção envolvidas, em articulação com o Instituto da Segurança Social dos Açores (ISSA), e a sua viabilidade e a empregabilidade dos seus

beneficiários; o incremento da autonomia das pessoas com deficiência; a interação entre a área social, educativa e da saúde, e a necessidade de obviar à imposição precoce de rótulos; a relevância de equacionar um regime remuneratório próprio para os dirigentes destas associações, mormente para os que trabalham a tempo inteiro. Em suma, a Senhora Presidente resumiu as duas dimensões legislativas aventadas: a da exclusividade dos cargos e a do âmbito social.

Em seguida, a delegação foi brindada com uma sessão de acolhimento preparada pela Cáritas Diocesana dos Açores - Ilha Terceira, representada pelo Presidente da Direção, Luis Pedro Pimentel Pereira, e com a participação de algumas das crianças que frequentam a entidade. Concluída a abertura, o Senhor Presidente Luis Pedro Pereira explanou que a Cáritas Diocesana se instalou na Ilha Terceira em 2001, contabilizando naquele momento 95 crianças, divididas entre a creche e o jardim de infância, a que acresciam a intervenção de rua, o centro de desenvolvimento e inclusão juvenil, tal como outros projetos de índole ambiental e de inserção social. Posto isto, desenrolou-se a apresentação das diferentes esferas de intervenção da instituição por cada um dos responsáveis setoriais, que, devidamente complementados pelo Senhor Presidente Luis Pedro Pereira, dissertaram sobre os já identificados equipamentos sociais direcionados à infância; sobre o trabalho realizado com reclusos, designadamente no âmbito da empregabilidade futura e do desenvolvimento sustentável; sobre a intervenção de rua, muito marcada pela informalidade; sobre o atendimento social e o projeto escolar 3D e o correspondente regime de voluntariado; sobre as empresas de inserção social e a capacitação dos jovens para a atividade profissional, tudo com exemplos concretos nos diferentes campos. A final, o Senhor Presidente Luis Pedro Pereira valorizou o empenho de toda a equipa, ainda que nem sempre houvesse convergência entre a direção e os coordenadores das unidades. Como agradecimento, o Senhor Deputado Manuel Loff (PCP), na qualidade de Vice-Presidente da CTSSI, ressaltou todos os elementos facultados, confessando que exposições tão exaustivas deixavam os Senhores Deputados muito mais preparados e conscientes da realidade existente.

No final dessa tarde, encetou-se ainda uma visita às novas instalações da Casa de Saúde São Rafael (Centro Assistencial na área da Psiquiatria, Saúde Mental e Reabilitação Psicossocial), encabeçada pelo seu Diretor, Dr. Marco Pavão (acompanhado pelo Enfermeiro José Manuel Gomes, pela Psicóloga, Dra. Sara Loureiro e pelo Irmão Augusto), que ao longo do périplo foi dando conta do número total atualizado de utentes (181 pessoas, das quais 12 na unidade de alcoologia, 30 em unidades residenciais e 40 em formação), de sete ilhas do arquipélago, sendo que as obras estavam a ser ultimadas apenas com fundos

próprios, sem financiamento regional. À medida que a comitiva percorreu os diferentes espaços do edifício, tomou contacto com alguns pacientes, assim como com a unidade de dependências comportamentais, de doença mental, alcoologia (com um programa específico para novas dependências comportamentais) e psicogeriatría. O funcionamento da instituição era assegurado por 70 trabalhadores com contrato de trabalho, fazendo-se um esforço para pagar acima da tabela da convenção coletiva em vigor. Destarte, a Senhora Presidente Isabel Meirelles saudou o trabalho heroico ali desenvolvido e o impacto da visita em toda a delegação, passando-se à visualização de um vídeo, em sala destinada para o efeito, sobre a história da Casa de Saúde, as suas valências e as suas iniciativas dirigidas à reabilitação física e psicossocial e à empregabilidade, frisando-se que na última sessão, em 10 utentes, cinco haviam conseguido ficar empregados. Clarificou-se ainda que todos os utentes entravam por referência hospitalar e que estaria em preparação um complemento por dependência, que, todavia, ainda não era atribuído na região autónoma. Em conclusão, e depois de interpelado pelas Senhoras Deputadas Helga Correia (PSD) e Carla Madureira (PSD), o Senhor Diretor da Casa de Saúde São Rafael louvou os membros da delegação pela sua presença, assinalando que os tempos dos muros altos para as casas de saúde mental já lá iam, e que organizavam ainda projetos educacionais, e para filhos de colaboradores, sem deixar de lembrar que, se os primeiros Irmãos, que chegaram em 1923, pediam esmola, hoje em dia continuavam a desmistificar preconceitos. De novo no uso da palavra, a Senhora Presidente Isabel Meirelles sinalizou que o maior presente era a qualidade do serviço ali prestado.

Ao longo do dia, a delegação foi acompanhada pelos Senhores Deputados da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Tiago Lopes (PS) e Rodolfo Franca (PS), em representação da Comissão de Assuntos Sociais.

Dia 7 de junho (quarta-feira) – Ilha do Faial

12h30 - *Apresentação de cumprimentos ao Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores (ALRAA), Luís Garcia*

Almoço

14h30 - *O Castelinho – Lar das Criancinhas da Horta, IPSS*

16h00 - *Santa Casa da Misericórdia da Horta*

17h30 - *Reunião com a Comissão de Assuntos Sociais da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores (ALRAA)*

No quarto dia do programa, a delegação da CTSSI formalizou a apresentação de cumprimentos ao Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores (ALRAA), Luís Garcia, que incluiu a troca de ofertas institucionais. De seguida, o Senhor Presidente da ALRAA concentrou a sua intervenção na temática da autonomia regional, dando nota da constituição na ALRAA de uma [Comissão Eventual para o Aprofundamento da Autonomia](#) (CEAA), cujos trabalhos se tinham iniciado na Legislatura anterior e prosseguido na atual, com base em 6 iniciativas, das quais algumas da competência da Assembleia da República, a saber: a alteração à Lei Eleitoral para o Parlamento Europeu, de modo a consagrar expressamente três círculos eleitorais (continente, Açores e Madeira), visto que as regiões ultraperiféricas deveriam estar garantidamente representadas nas instituições europeias, neste caso no Parlamento Europeu, o que atualmente não se verifica; a conformação da Lei do Estado de Sítio e do Estado de Emergência com o que se passara durante o período pandémico; a modificação da Lei da Organização do Sistema Judiciário, com a fixação de um Tribunal da Relação nos Açores e na Madeira; a atribuição aos partidos políticos de número de identificação fiscal (NIF) próprio para as regiões autónomas; a constituição de um Conselho para o estudo das potencialidades geopolíticas e geoestratégicas dos Açores; a consagração do direito de iniciativa legislativa junto da ALRAA, como forma de aproximação dos cidadãos ao poder político, e isto sem esquecer o processo de revisão constitucional em curso, a Lei Eleitoral para a ALRAA, a Lei das Finanças das Regiões Autónomas e ainda as questões do mar. Sem prescindir, almejou esperar encontrar em cada um dos presentes um autonomista, ressaltando a evolução desde 1975, com alguma vitórias e derrotas, e manifestado total disponibilidade para reunir com as Senhoras e os Senhores Deputados e os Grupos Parlamentares.

Por sua vez, feitas as apresentações individuais, a Senhora Presidente Isabel Meirelles recordou que a Senhora Deputada Marta Freitas (PS) era originária da Região Autónoma da Madeira (RAM) e que pelo menos quatro dos Senhores Deputados ali presentes integravam a Comissão Eventual para a Revisão Constitucional (CERC).

Na ronda dedicada aos membros da delegação da CTSSI, usaram da palavra o Senhor Deputado Francisco César (PS), que informou que os artigos relativos à autonomia seriam discutidos na CERC nessa mesma semana e na próxima e também que o compromisso dos três Deputados do Grupo Parlamentar (GP) do PS eleitos pela RAA era acompanhar as conclusões da CEAA, sendo o seu trabalho meritório, mas que ainda assim a ALRAA devia aprofundar os pedidos de autorização para legislar; a Senhora Deputada Carla Castro (IL), que se mostrou muito sensível ao tema da descentralização e do aprofundamento das autonomias; a Senhora Deputada Marta Freitas (PS), que sublinhou o significado da

valorização da autonomia da ALRAA e que importava finalizar o trabalho da CERC; a Senhora Deputada Paula Cardoso (PSD), que enalteceu que o GP do PSD tivera o cuidado de preparar o seu projeto de revisão constitucional com os Deputados ao Parlamento regional; a Senhora Deputada Helga Correia (PSD), que destacou o caderno de encargos que levariam para o Parlamento nacional; e a Senhora Deputada Clara Marques Mendes (PSD), que relevou ser fundamental para o processo legislativo ter em conta as singularidades das regiões autónomas.

Findo o almoço com o Senhor Presidente da ALRAA e demais convidados, a delegação parlamentar encaminhou-se para O Castelinho – Lar das Criancinhas da Horta, IPSS, sendo recebida pelo Presidente da Direção, Filipe Ávila Menezes, e pelo Presidente da Assembleia Geral, Bruno Frias Leonardo, que deram primazia às perguntas colocadas pelas Senhoras e pelos Senhores Deputados Francisco César (PS), Carla Castro (IL), Clara Marques Mendes (PSD), Manuel Loff (PCP) e Fernando José (PS), que no essencial se focaram na utilização deste edifício pela instituição, no balanço do programa da rede de amas, nos desafios futuros, na adequação e na natureza dos vínculos dos colaboradores e na quantidade de processos protocolados e na sua adstrição a cada técnico. Em réplica, os responsáveis explicaram que a entidade só conseguira aceitar 20 crianças, apesar da grande procura verificada, que superava largamente a oferta, e nos novos desafios enfrentados, tais como as refeições vegans, a hiperatividade e o autismo. Foi de igual modo mencionado que o Governo da RAA assumira o projeto da rede de amas, impulsionado pelo Governo da República, e que na Ilha do Faial permitia respostas em freguesias mais carenciadas, lamentando-se que as amas não tivessem aumentos salariais há 10 anos; e bem assim a oscilação do número de trabalhadores, em função, aliás, da alteração do espaço, e que com o protocolo com o Governo Regional, através do ISSA, cediam as instalações e pagavam os vencimentos. Houve ainda tempo para as Senhoras e os Senhores Deputados conhecerem o recinto em que funcionavam as atividades desta creche, testemunhando presencialmente o que havia sido partilhado na troca de impressões precedente.

Em momento ulterior, a delegação da CTSSI dirigiu-se à Santa Casa da Misericórdia da Horta (SCMH), representada pelo seu Provedor, Marco Silva, Vice-Provedor, Hildeberto Garcia, Secretária, Maria Manuela Oliveira, Tesoureira, Teresa Morais, Secretária, Maria Manuela Oliveira, e pelo Vogal, Paulo Silva. Após visita guiada às instalações, em que o Senhor Provedor foi relatando alguns pormenores, entre os quais que o Lar Residencial e o Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI) datavam de 1998 e que havia pessoas que ficavam todo o ano, já que não podiam estar sozinhas, e também que, no que

toca à inclusão, nem todas as empresas estavam disponíveis para receber pessoas com deficiência, procedeu-se à projeção de uma breve apresentação em sala, tendo o Senhor Provedor Marco Silva dado início a uma resenha histórica sobre a SCMH, fundada entre 1520 e 1522, reportando-se à criação no século XIX do Hospital da Horta e do que mais tarde viria a tornar-se o Lar de S. Francisco. Continuou com uma alusão à orientação estratégica e à visão, missão e valores preconizados, bem como à correspondente estrutura orgânica, aos recursos humanos, às valências, aos acordos, parcerias e protocolos, à estrutura de custos, proveitos e ao resultado líquido, ao custo médio mensal por doente e ao plano de investimentos a curto, médio e longo prazo, com uma menção especial à Escola Profissional da Horta. Tomaram então da palavra as Senhoras e os Senhores Deputados Ofélia Ramos (PSD), Clara Marques Mendes (PSD) e Francisco César (PSD), que agradeceram a apresentação e o cuidado demonstrados e ainda a visita realizada.

Ao fim da tarde, a delegação da CTSSI reuniu-se com a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) da ALRAA, representada pelo seu Presidente, Joaquim Machado, encontrando-se ainda presentes as Senhoras e os Senhores Deputados da ALRAA Tiago Branco (PS), Tiago Lopes (PS), Délia Melo (PSD), Nídia Inácio (PSD), Salomé Matos (PSD), Rui Martins (CDS-PP) e Alexandra Manes (BE). Depois da apresentação protocolar e da troca de ofertas institucionais, foi concedida a palavra aos Senhores e às Senhoras Deputadas da Assembleia da República, nos seguintes termos: a Senhora Deputada Clara Marques Mendes (PSD) evidenciou a conexão entre as duas Comissões, convidando a CAS a visitar a Assembleia da República e pronunciando-se ainda sobre o relevo da economia social e dos parceiros sociais; a Senhora Deputada Carla Castro (IL) realçou a importância da visita ao terreno e a combinação entre integralidade e autonomia, sintetizando a visita em quatro pontos essenciais: a dimensão do flagelo social das drogas sintéticas; o modelo de financiamento de creches e amas; a continuidade dos projetos para idosos com apoio do PRR; o impacto da economia e do empreendedorismo social na RAA; o Senhor Deputado Francisco César (PS) discorreu sobre a autonomia política, administrativa e financeira como corolário da legítima aspiração do povo açoriano em conduzir políticas próprias, a que a proximidade da decisão acrescentava valor, questionando as políticas sobre as drogas sintéticas e valorizando a aprendizagem com modelos exteriores e o impacto dos programas internacionais; e o Senhor Deputado Manuel Loff (PCP) observou que se assimilara o papel das IPSS, querendo saber se as mesmas não estariam sobrerrepresentadas e se não se contava em demasia com o setor social, e ainda se o valor previsto nos acordos de cooperação não era insuficiente face ao crescimento da inflação, notando que a delegação não reunira com o ISSA ao longo da visita, apesar de tal não ser obrigatório. Já da parte da

CAS, o Senhor Presidente, Joaquim Machado, exortou a mais autonomia e à transferência de mais competências para a RAA, elogiou a resiliência do setor social açoriano ao longo de 500 anos e cotejou os contrastes demográficos existentes, assim como os apoios sociais e energéticos; o Senhor Deputado Rui Martins (CDS-PP) aludiu à adoção de um círculo de compensação e aos meios e às dificuldades que concerniam à autonomia, e bem assim a certos pontos das políticas sociais e educativas; a Senhora Deputada Délia Melo (PSD) lembrou matérias por cumprir no que toca à Universidade dos Açores e à discrepância de apoios, às drogas sintéticas, aos números da pobreza, aos novos idosos e à procura de creches gratuitas; o Senhor Deputado Tiago Lopes (PS) constatou a evolução da RAA e a urgência do ponto de situação sobre a autonomia, dando conta do aumento negativo de alguns indicadores, e subscrevendo a criação de uma *task-force* sobre dependências, que deveria ir mais a fundo (sem deixar de comentar a específica representação das SCM açorianas, a correlação entre o conceito dos novos idosos e a realidade dos cuidadores informais, a concessão do rendimento social de inserção – RSI, a empregabilidade e as qualificações e as dotações financeiras para a região); e a Senhora Deputada Alexandra Manes (BE) alegou que a saúde mental não podia estar dependente das IPSS, alertando ainda para o impacto das alterações climáticas no abastecimento das ilhas e na fixação da população, não ignorando a precariedade laboral, a violência doméstica, a feminização da pobreza e os entraves à mobilidade territorial, dizendo que o RSI sustentava famílias com crianças e jovens, e rematando que enquanto houver pobreza não haverá verdadeira autonomia e que ainda subsistia nos Açores a monocultura do gado bovino, da Base das Lages e do turismo. Tudo dito, o Senhor Presidente da CAS, Joaquim Machado, declarou que a pluralidade servia a todos e que lhes cabia almejar sempre o bem comum enquanto servidores públicos, sendo secundado pela Senhora Presidente Isabel Meirelles, que agradeceu ao Presidente e a todos os Deputados da CAS ali presentes, classificando esta reunião como o feliz coroar de um casamento entre a teoria e a prática, e reiterando o convite para receber os Senhores Deputados da ALRAA no Parlamento nacional.

Ao longo deste derradeiro dia, a delegação foi novamente acompanhada pelo Senhor Deputado Tiago Lopes (PS), e igualmente pelas Senhoras Deputadas Salomé Matos (PSD) e Nídia Inácio (PSD), em representação da Comissão de Assuntos Sociais da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, e ainda pelo Senhor Deputado Tiago Branco (PS), no seu caso em representação da Comissão de Economia.

Dia 8 de junho (quinta-feira)

Regresso



Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

Palácio de São Bento, junho de 2023

A Presidente da Comissão

Isabel Meirelles